



PETROS

Gestão | 5

Diretoria Financeira e de Investimentos da Petros tem um novo titular. Luís Carlos Afonso assume em substituição a Ricardo Malavazi

Relatório | 15

A inclusão dos portadores de deficiência no mercado de trabalho é tema do Relatório de Responsabilidade Social, lançado pela Petros

FUNDAÇÃO RUMO À AUTO-SUFICIÊNCIA

O presidente do Conselho Deliberativo, Wilson Santarosa, faz um relato de toda a luta dos petroleiros até a homologação do AOR, ocorrida em agosto





O Concurso de Contos recebeu 286 textos concorrentes e a relação com os nomes dos 30 semifinalistas será divulgada no Portal Petros, em 22 de setembro. Os dez escritores que irão compor o livro serão conhecidos em novembro.

www.petros.com.br

Na história recente do movimento sindical petroleiro, talvez nada mais emblemático do que a luta para a preservação de seu fundo de pensão. As marchas e contra-marchas para garantir o equilíbrio do plano junto à patrocinadora e assegurar a aposentadoria digna dos participantes assistidos e os da ativa mediante o ajuste do Plano Petros BD/Sistema Petrobras pautou boa parte das reivindicações dos acordos coletivos e de outros embates memoráveis.

E foram preciso exatos sete anos e dois dias para que o mais simbólico deles ganhasse um desfecho proporcional à sua grandeza. Foi em 23 de agosto de 2001 que a FUP e seus sindicatos filiados impetraram ação civil pública solicitando o equacionamento de problemas estruturais no plano; em 25 de agosto de 2008 que a Justiça homologou o Acordo de Obrigações Recíprocas, permitindo à representação sindical a retirada da ação mediante a garantia de boa parte das reivindicações.

Se a edição da Emenda 20 à Constituição – que instituiu a regra do “um para um”, a coresponsabilidade de patrocinadora e participantes em caso de déficit – foi a mola propulsora a impelir

os trabalhadores para uma decisão arrojada, o recente e histórico acordo pode ser visto como o ponto de partida para uma nova Petros.

Afinal, o fundo de pensão alcança a auto-suficiência a partir do aporte de mais de R\$ 6 bilhões da Petrobras, e passa a ter como desafio nada menos que acompanhar o gigantismo da companhia, a partir da descoberta de novas fronteiras petrolíferas com o pré-sal. Como prevê o presidente do Conselho Deliberativo da Petros, Wilson Santarosa, em entrevista reveladora e sem meias-palavras publicada nesta edição, a Fundação deve se tornar o maior fundo de pensão do país até 2015.

Resta a essa Diretoria preparar de maneira firme e arrojada o terreno e, com os pés no chão, caminhar com as patrocinadoras, os instituidores, participantes e representantes sindicais rumo ao futuro. Não sem antes saudar a homologação do acordo e seus reflexos promissores para todos esses atores envolvidos e sobretudo para a instituição Petros, cada vez mais sólida e perene.

Diretoria Executiva
setembro/2008



Produzida pela equipe de Jornalismo e
Conteúdo (Gerência de Comunicação e Relações
Institucionais)
Gerente | Washington Araújo
Editor e Jornalista Responsável | Hélio Pereira
(MTb 20.160/SP)
Reportagem e Redação | Charles Nascimento
(editor), Antonia Moraes e Vanessa Marinho
(estagiária)
Projeto Gráfico | Núcleo da Idéia Publicidade
Diagramação | Iêda Maria M. de Oliveira
Capa | Luiz César Cabral
Fotografia | Américo Vermelho
Impressão | Bangraf
Tiragem | 124 mil exemplares
Redação | Rua do Ouvidor, 98, Rio de Janeiro, RJ
CEP 20040-030 – Tel | 2506-0335
E-mail | revista@petros.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente | Wagner Pinheiro de Oliveira
Diretores | Luis Carlos Afonso, Maurício França Rubem e
Newton Carneiro da Cunha
Secretário-Geral | Wagner Luiz Constantino de Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares | Wilson Santarosa (presidente),
Diego Hernandez, Jorge José Nahas Neto,
Paulo César Chamadoiro Martin, Paulo Teixeira
Brandão e Yvan Barretto de Carvalho

Suplentes | Armando Ramos Tripodi, Cláudio
Alberto de Souza, Epaminondas de Souza
Mendes, Nelson Sá Gomes Ramalho, Regina
Lucia Rocha Valle e Roberto de Castro Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Titulares | Fernando Leite Siqueira (presidente),
Eurico Dias Rodrigues, Guilherme Gomes de
Vasconcellos e Maria Angélica Ferreira da Silva

Suplentes | André Luiz da Fonseca Fadel,
Antonio Luiz Vianna de Souza, Reginaldo
Barretto Correa e Sérgio Salgado

E-Mail | conselhofiscal@petros.com.br

expediente

Casa&Video

Breno Cauduro, Rio de Janeiro/RJ

Lamento informar mas é mais uma propaganda enganosa (**Nota da Redação: em relação à promoção do Cartão do Clube Petros com a Casa&Video**). Quis comprar o produto "Dancor – pressurizador super jet 1/3", que custava R\$ 699 mas estava com preço menor "de promoção" na internet, da ordem de R\$ 650. Informaram que o preço acertado com o cartão é de desconto de 15% sobre o preço cheio, resultando R\$ 590/R\$600. Liquidação que seja mostrada na internet não vale para o acordo. Liguei para outra loja e comprei mais barato, direto, sem o "auxílio" da Petros. Peço que vocês esclareçam bem os pontos dependentes da Fundação.

Resposta: *Recebemos a sua observação e agradecemos desde já a sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços do "Clube Petros". Vale ressaltar que nós, integrantes da equipe do cartão, somente transferimos as condições comerciais fornecidas pelas empresas conveniadas quanto à oferta de produtos e serviços. Neste propósito, procuramos aquelas que concordem com as regras do "Clube" e que ofereçam suas melhores opções, com seus respectivos descontos.*

Ainda, quanto às ofertas fornecidas pelas empresas conveniadas, infelizmente não temos implementada e nem como estabelecer uma regra de nivelamento de preços por concorrência aberta de mercado.

O que recomendamos, além de reportar a nós sobre o problema e, como as informações em questão foram fornecidas pela Casa&Video, é que o senhor também estabeleça contato com o serviço de atendimento ao cliente da empresa para novos esclarecimentos.

EM OUTUBRO, O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS SERÁ NO DIA 24

Relatório Anual e Balanço Social

Vander Lauriano da Silva, Cariacica/ES

O participante enviou mensagem à Petros levantando dúvidas a respeito das publicações do Relatório Anual e do Balanço Social. Entendendo que tais esclarecimentos podem ser estendidos a todos os participantes, optamos por uma resposta genérica aos questionamentos.

Resposta: *O envio do Relatório Anual é uma obrigatoriedade legal e as normas referentes ao assunto são ditadas pelo Conselho Geral de Previdência Complementar (CGPC). Em razão principalmente dos custos do envio pelos Correios, o Relatório de 2008 chegou a R\$ 3,92 a unidade.*

O custo unitário já chegou a R\$ 90,00 em gestões anteriores, e ainda não era respeitada a regra da SPC, que orienta o envio do documento para todos os participantes. Além disso, a publicação era confeccionada com material sofisticado, o que elevava os custos.

Entendemos que informar ao participante sobre nossas atividades é uma forma de evidenciar a transparência da Fundação. Ressaltamos ainda que é outra norma de o CGPC versar sobre a comunicação e a transparência junto aos participantes da previdência complementar fechada.

O Balanço Social é um marco para que a Petros se destaque entre os investidores institucionais como uma Fundação preocupada com a responsabilidade social nos investimentos. A instituição, inclusive, já ganhou o Prêmio Aberje (2006), um dos mais respeitados da área de comunicação do país, disputando com a Vale do Rio Doce e Unimed. Com o Balanço, a Petros mensura a responsabilidade social das empresas onde investe.

Os custos do Balanço Social, editado em 2007, foi da ordem de R\$ 2,72 por exemplar. Apesar de ter priorizado a redução das despesas administrativas, a Petros entende também que a sua inserção no mercado agrega valor imensurável à sua marca. A busca da redução, portanto, não pode ir contra a filosofia de comunicar com transparência.

DIRETORIA FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS **TEM NOVO DIRETOR**

O diretor Financeiro e de Investimentos da Petros, Ricardo Malavazi, apresentou ao Conselho Deliberativo (CD) pedido de desligamento do quadro de dirigentes da Fundação por questões particulares. Malavazi, que será substituído por Luís Carlos Afonso, estava na diretoria desde 2003 e teve seu desempenho considerado excelente pelos presidentes do Conselho Deliberativo, Wilson Santarosa, e da Petros, Wagner Pinheiro. “Malavazi sai deixando um histórico de dedicação, profissionalismo e competência, que, em minha opinião, farão parte da história da Petros,” ressaltou Pinheiro.

Igualmente elogiado pelos demais integrantes do CD, como forma de reconhecimento aos serviços prestados à Fundação, Ricardo Malavazi agradeceu à oportunidade que lhe foi oferecida, afirmando que a Petros é uma excelente empresa para se trabalhar.

Luís Carlos Afonso já havia exercido o mesmo cargo na Fundação no primeiro semestre de 2003, de onde saiu para ocupar a Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, em 2003 e 2004, durante o mandato da prefeita Marta Suplicy. “O retorno de Luís Carlos Afonso garante a estabilidade da gestão e a certeza de que o Conselho Deliberativo reafirma a

confiança no trabalho que a Diretoria Executiva tem empreendido em favor da Fundação e de seus 120 mil participantes,” afirmou Wagner Pinheiro.

O novo executivo da Fundação é formado em Ciências Econômicas pela PUC-SP e tem créditos em Mestrado em Economia pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, da URGs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além da Capital paulista, o economista foi secretário de Finanças nos municípios de Santo André e Campinas.



Luís Carlos Afonso (à esq.) retorna à Petros depois de ter ocupado a Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo

PRÊMIO SPC DE MONOGRAFIAS



No dia 30 de setembro encerram-se as inscrições para o concurso de monografias sob o tema “O sistema de previdência complementar fechado, desafios e perspectivas”, promovido pela SPC. A iniciativa faz parte de um conjunto de eventos para marcar a passagem dos 30 anos da secretaria e visa estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos na área.

O “Prêmio SPC 30 anos”, que distribuirá valores entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil aos três primeiros colocados, irá contemplar os estudos que apresentem informações e propostas relevantes para o bom desempenho da administração pública na área de supervisão da previdência complementar. A SPC avalia que os trabalhos contribuirão também para o aprimoramento dos fundos de pensão e demais agentes privados encarregados da gestão de planos de benefícios.

QUEM TEM DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL?

Trabalhadores que comprovem exposição ao risco profissional contribuem por um período menor

A aposentadoria especial é concedida ao trabalhador que durante o período laboral exerceu a profissão em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter direito ao benefício, o segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição a agentes físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais, de acordo com o período exigido pela legislação (15, 20 ou 25 anos).

Os trabalhadores inscritos a partir de 25 de julho de 1991 deverão comprovar no mínimo 180 contribuições mensais. Já os inscritos até aquela data seguem uma tabela progressiva. O segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades em condições prejudiciais à saúde ou integridade física, sem completar o prazo mínimo para aposentadoria especial, poderá somar os períodos, seguindo a tabela de conversão ao lado.

Para concessão da aposentadoria especial não há distinção de tempo de trabalho entre homens e mulheres e, atualmente, a categoria profissional do traba-

lhador também não é considerada para concessão, sendo necessário a comprovação ao risco. Assim, também a legislação esclarece que o trabalho permanente é o exercido de maneira não ocasional nem intermitente. A legislação estabelece ainda que ao permanecer ou retornar voluntariamente a exercer atividades expostas a agentes nocivos, o trabalhador terá o benefício suspenso.

A aposentadoria especial equivale a 100% do salário de benefício, sem utilização do fator previdenciário. Para comprovação, deve-se requerer à empresa um formulário denominado Perfil Profissional Previdenciário (PPP), onde o médico ou engenheiro do trabalho irá relatar os agentes nocivos da empresa. É importante frisar que não é necessário comprovar prejuízo físico ou mental. O benefício decorre apenas da exposição aos agentes nocivos.

A conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum dar-se-á de acordo com a seguinte tabela:

TABELA DE CONVERSÃO

Tempo a converter	Multiplicadores		
	Para 15	Para 20	Para 25
de 15 anos	-	1,33	1,67
de 20 anos	0,75	-	1,25
de 25 anos	0,60	0,80	-

Fonte: site da Previdência Social / Modificada pelo Decreto nº 4.827, de 03/09/2003

Observação:

A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerá ao disposto na legislação em vigor na época da prestação do serviço.

As regras de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum constantes deste artigo aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período.

(incluído pelo Decreto nº 4.827 – de 3 de setembro de 2003)

JUSTIÇA DÁ **SINAL VERDE** PARA O **AJUSTE DO PLANO PETROS**

Decisão judicial que homologou o termo de transação do Acordo de Obrigações Recíprocas abre caminho para o aporte de recursos no plano e a formalização de um novo regulamento

Com a homologação pela Justiça, dia 25 de agosto, do termo de transação do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), cumpriu-se etapa decisiva para o processo de repactuação do Plano Petros/Sistema Petrobras. Agora, após a sentença do juiz da 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro (*veja a íntegra na "Revista PETROS Eletrônica"*), está bem próximo de ser finalizado talvez o mais significativo acordo já realizado no sistema de previdência complementar. Não apenas pelo montante envolvido (cerca de R\$ 6 bilhões) e o tempo demandado, mas principalmente pela complexidade das questões a serem solucionadas.

Iniciada com a ação civil pública impetrada em 2001 pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos filiados, a tramitação atravessou governos e diretorias e enfim chegou a bom termo com as mudanças no regulamento no Plano Petros BD/Sistema Petrobras, necessárias para a implantação do novo sistema de previdência complementar.

O novo regulamento seguirá para apreciação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) e depois para a Secretaria de Previdência Complementar (SPC). "Posteriormente, será introduzido no plano o instituto do Benefício Proporcional Opcional, que permitirá aos participantes do Plano

Petros BD/Sistema Petrobras a possibilidade de ingressar no PP-2", diz o diretor de Seguridade, Maurício Rubem.

Ele saúda a chancela judicial ao acordo, "passo necessário para a solução definitiva dos principais problemas estruturais do plano e seu consequente equilíbrio". O executivo explica que o Conselho Deliberativo da Petros já havia aprovado as alterações, mas condicionada à homologação do termo de transação na ação civil pública.

O AOR é o documento que formaliza os pontos negociados entre a Petrobras e a representação dos trabalhadores para solucionar as principais pendências relacionadas à previdência complementar do sistema. O documento estabelece as obrigações assumidas pela companhia e demais empresas patrocinadoras do Plano Petros, pela FUP e pelos sindicatos que assinaram o documento.



Por força da legislação atual, as empresas estatais só podem alocar recursos no plano no mesmo montante dos valores pagos pelos participantes (ativos e aposentados). A única maneira encontrada para a companhia e as demais patrocinadoras fazerem aportes seria mediante uma decisão judicial favorável ou por intermédio de um acordo entre as partes nos autos dessa mesma ação, a exemplo do que foi homologado.

No acordo, conforme esclarece Rubem, as patrocinadoras reconhecem alguns itens da ação impetrada pela FUP: revisão dos cálculos das pensões, a retirada da premissa geração

PLANO EQUILIBRADO



“A possibilidade de novos déficits será muito remota, uma vez que o patrimônio do plano deve ser rentabilizado a taxa, no mínimo, equivalente à meta atuarial – IPCA + 6% a.a.” (Maurício Rubem, diretor de Seguridade)

HISTÓRICO

15/12/1998 – Editada a Emenda Constitucional nº 20, que estabelece um prazo de dois anos para os planos de previdência patrocinados por empresas estatais implementarem a paridade contributiva. Encerrada a data-limite, qualquer eventual desequilíbrio seria dividido entre o participante e a empresa patrocinadora.

Dezembro/1999 – Preocupada com os impactos que as mudanças na legislação poderiam ocasionar no plano, a FUP encaminhou ofício à Petros e à Petrobras listando os ajustes necessários ao plano antes de esgotado o prazo legal.

23/8/2001 – A FUP impetra ação civil pública na qual solicita, entre outros pleitos, o equacionamento de problemas estruturais, a revisão dos cálculos das pensões, fim do limite de idade do grupo 78/79 e compromissos com o grupo pré-70.

Setembro/2001 – O Plano Petrobras Vida (PPV) foi lançado, porém a proposta esbarrou em obstáculos legais e os petroleiros acabaram por barrá-lo na Justiça.

2002 – Anulação judicial do PPV.

Janeiro/2003 – Assume o presidente Lula e mudam as direções da Petrobras e da Petros. Empossado o novo presidente da Petrobras, o senador José

Eduardo Dutra, sindical, sua nomeação marca o início das negociações de busca de alternativas para lucionar o déficit dos planos e resolver o problema dos empregados adiantados. Em maio de 2002, até então sem contar com o benefício de previdência complementar.

2003 – Conselho de Trabalho (CT) para debater o plano e negociações do Representantes da Petros e do FUP e sindicatos trabalharam um acordo sobre o plano. O CT apontou problemas e a necessidade de um novo modelo de previdência complementar.

2004 – Término dos GTPC. Estudos e análises do grupo, a Petrobras negociação com o senador responsável pela Petros.

Julho/2005 – Presidente da Petrobras Gabrielli de Azeredo reiterando que as prioridades serão os problemas de previdência e a inclusão dos planos ainda sem previdência complementar.

Mairo/2006 – Sindicatos filiados

oriundo do meio
meação favore-
negociações e a
nativas para so-
ciedade do Plano Pe-
a situação dos
limitados a partir
tão sem poder
benefício da pre-
ementar.

stituído um gru-
(GTPC) tripartite
tema, fruto das
acordo coletivo.
da Petrobras,
s trabalhadores
os filiados) ela-
mplo diagnósti-
no. O resultado
mas estruturais
e da criação de
lo de previdên-
tar.

mino dos traba-
Baseado no es-
dos debates do
oras mantém a
n a FUP, asses-
ros.

- O atual presi-
bras, José Sérgio
vedo, assume
uma de suas
ia equacionar
do Plano Petros
novos petrolei-
plano.

A FUP a os sin-
assinam o acor-

do com a Petrobras e a Petros,
formalizando a proposta cons-
truída na mesa de negociação.
A companhia reconhece com-
promissos com o Plano Petros,
resolve outras pendências histó-
ricas e propõe um novo modelo
de previdência complementar
para os trabalhadores admitidos
após 2002, incluindo o paga-
mento do serviço passado.

Agosto/2006 – Mais de 53%
dos participantes aderem à re-
pactuação, mas a companhia
não implementou o acordo por-
que uma das condicionantes
era a adesão maciça.

Janeiro/2007 – A Petrobras
acata o pleito da FUP durante
as negociações do ACT 2006 e
retoma o processo de repactua-
ção, estabelecendo como meta
a aceitação de 67% (2/3) dos
participantes e assistidos do
plano.

Fevereiro/2007 – Os petro-
leiros ratificam a repactuação,
com a adesão de mais de 58 mil
participantes e assistidos (73%
do total), resultado que possi-
bilitou a celebração do maior
acordo do sistema de previdên-
cia complementar brasileiro.

Julho/2007 – Lançamento
do Plano Petros-2 (PP-2).

25/08/2008 – Justiça ho-
mologa o termo de transação
Acordo de Obrigações Recípro-
cas (AOR).

futura e compromissos como a questão do gru-
po pré-70 e do FAT/FC (déficit gerado pela in-
trodução de fatores de reajuste originalmente
criados para combater os efeitos da inflação).
Os demais pontos que não são objeto de nego-
ciação vão continuar seguindo o trâmite legal
e caberá à Justiça a decisão sobre cada um. O
executivo lembra enfim que o acordo afasta a
necessidade de aumento da contribuição para
todos, independente de terem repactuado ou
não. “Desde o primeiro momento, o processo
respeitou a vontade daqueles que quiseram
manter a condição atual e trará um plano sus-
tentado para os mais de 80 mil participantes.”

CONFUP



*Durante sua participação no XIV Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros (Confup), realizado em agosto em Aracruz (ES), o presidente **Wagner Pinheiro** (foto) destacou o papel fundamental da FUP no processo de repactuação, que possibilitou o acordo histórico homologado pela Justiça.*

O AOR foi um dos principais temas debatidos pelos participantes do Congresso e também abordado pelo então coordenador da Federação, Hélio Seidel (na plenária que finalizou o encontro foi aclamado João Antônio de Moraes como novo coordenador para um período de quatro anos).

Numa edição especial para marcar a homologação do acordo que garante o ajuste do Plano Petros, nem poderia ser outro o entrevistado. Ninguém melhor que o presidente do Conselho Deliberativo da Fundação, Wilson Santarosa, para relatar os fatos desde sua origem. Afinal, como conselheiro curador eleito, entre 1995 e 2000, esteve à frente do levantamento e posterior denúncia das diversas irregularidades existentes no plano.

Mesmo enfrentando o descrédito dentro da própria base sindical tal a grandeza do déficit que apontou, seguiu em frente. Sossegou apenas quando a FUP entrou com ação civil pública contra a patrocinadora para resguardar os direitos dos participantes.

Já na condição de presidente do CD, empossado em 2003, comemora agora o acordo inédito tal o montante envolvido. Mais que assegurar boa parte dos direitos questionados, o AOR permite o ajuste do plano e projeta um futuro grandioso para a Petros que, alavancada pela Petrobras, prevê que venha a se tornar o maior fundo de pensão do país até 2015.

“FUNDAÇÃO SERÁ AUTO-SUFICIENTE”

Como integrante do Conselho Curador como o senhor detectou e quais eram à época os principais problemas do Plano Petros?

Como conselheiro eleito, representando os trabalhadores participantes da Petros, comecei a perceber que ações de Recursos Humanos praticadas pela Petrobras no passado estavam causando impactos atuariais deficitários no plano. Por exemplo, no pré-70, em que a empresa não havia feito o aporte, no incentivo à aposentadoria, opção que atraiu milhares de trabalhadores e causou grande impacto no plano. São questões como essa que finalmente são equacionadas agora com a homologação do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR).

Naquele momento, o sr. já via isso com clareza, mas havia grande resistência inclusive no meio sindical. Por que esse embate de forças?

Primeiro, porque a empresa não reconhecia de forma nenhuma que pudesse estar provocando impactos negativos lá no plano e, por outro lado, o movimento sindical não conseguia entender, porque nunca ninguém se dedicou a estudar minuciosamente o que era previdência complementar. Então, passaram-se anos e anos desde que a Petros foi fundada em 1970, já estávamos no final da década de 90 e nós sindicalistas não tínhamos nenhum



especialista para nos orientar. Então era muito difícil fazer a discussão com o pessoal da FUP e dos sindicatos, porque eles não conseguiam entender e achavam que eu estava exagerando. E eles achavam, e isso não dá para esconder, que eu estava maluco.

Levou anos para o pessoal se convencer e contratar um atuário, e não era nem um profissional para orientar não, mas apenas pra atestar a veracidade daquilo que eu falava. Eles não queriam contratar porque achavam que era muito caro, que não valia a pena. Mas depois acabaram aceitando.

Em que período se deu isso?

Entre 1995 e 2000, que foi o meu mandato lá no Conselho Curador.

Quer dizer que o sr. levou todo esse tempo pra poder convencê-los?

Isso. Tanto é que a entrada do processo judicial, acho que foi em 2001, foi provocado pela entrada em vigor da Emenda 20 da Constituição, que foi promulgada em dezembro de 1998 e dava dois anos para os fundos se adaptarem à nova lei, que introduziu a obrigatoriedade do “um por um”. Que fixou que, mesmo em caso de déficit no fundo, o ajuste passaria a ser “um por um” dali pra frente. Então, a gente precisava caracterizar que detectamos o problema antes de a lei entrar em vigor, que ela passaria a valer em dezembro de 2000. Aí o pessoal, meio com medo de errar, de tomar um prejuízo de bilhões, acabou concordando, contrataram atuário e um advogado para atestar aquilo que não foi nada além do que eu já tinha levantado, de que era real tudo o que eu tinha levantado.

Muita gente colaborou para esse levantamento dessas questões?

Sim, e tenho que falar do papel importante de algumas pessoas de dentro da Petros, que acabaram fazendo a opção de defender a Fundação e não tinham outra forma: eles repassaram informações importantes que nada mais significaram do que defender a viabilidade do Plano Petros, numa atitude responsável. A conduta irresponsável era a daqueles que jogaram tudo para baixo do tapete.

Por isso, é importante falar isso. Porque esse pessoal da Casa exerceu um papel importante, com certeza. Sem eles, acho que não teríamos chegado aonde chegamos e o problema seria muito maior, porque estava se acumulando.

A categoria foi contrária e questionou na Justiça o PPV. E por que a FUP mudou de opinião em relação à criação de um novo plano? Foi por causa desse déficit apurado, comprovado?

É. Como o PPV foi lançado no auge da discussão do déficit, então o participante desconfiou da atitude da empresa. Pensaram, com razão, que a Petrobras estava querendo jogar panos quentes em cima da história toda, empurrar goela abaixo um novo plano e não iríamos ficar no prejuízo. Isso acabou inviabilizando a consolidação do PPV: o momento político ruim em que foi lançado.

O PPV veio em que ano?

O plano foi lançado em 2001. Era já o final de oito anos de Fernando Henrique, um governo com popularidade em baixa, já crescendo a viabilidade de uma provável candidatura do Lula. Então, tudo isso influenciou na história do PPV: o momento político, aliado à conjuntura econômica do país, que não estava legal. Mas, é importante destacar que na época também o pessoal da FUP não tinha clareza dos problemas estruturais do Plano Petros.

Tanto é que quando começou a discussão de lançar o Plano Petros-2, foram três anos e meio para o pessoal conseguir concordar, para entenderem que o plano era indomável, que não tinha quem pudesse gerir da forma que estava, que não tinha possibilidade de o participante acumular um salário mais alto nos últimos anos sem ter a reserva de poupança.

Essa condição sempre existiu na história do plano: acumular vantagens, por exemplo, de estar embarcado numa plataforma nos últimos dois anos. Isso foi feito por muita gente sem que se tivesse acumulado reserva suficiente para pagar aquele benefício.

Mas também não era um pouco por que eles sempre acreditaram que a Petrobras ia continuar cobrindo o déficit?

Isso também. O que ajudou a pensar em defender essa idéia foi a alteração na Constituição, e quando se fala em Constituição não existe direito adquirido. E quando os opositoristas do Plano Petros-2 fizeram campanha baseada no “direito adquirido”, sabiam que a Constituição não previa mais essa garantia, que desde dezembro de 2000, insisto, a Carta Maior diz que é “um por um” na contribuição, no ônus ou no bônus.

O PPV foi rejeitado pelos petroleiros que, no entanto, acabaram aprovando a repactuação. Quais foram as diferenças entre as propostas?

Em termos conceituais, não dá para caracterizar as especificidades do PPV, mas acho que o segredo agora foi que o pessoal entendeu melhor a proposta, em função das mudanças constitucionais e da estabilidade da economia. Também devido a uma confiança maior na direção da empresa, que vem da confiança maior no governo, porque em suma a direção da empresa representa em parte aquilo que é o presidente da República. E outra coisa é que o PPV não oferecia o que agora a empresa ofereceu: a possibilidade de um acordo para regularizar os déficits. Na época, eles não ofereciam do tamanho que agora a empresa assumiu: o compromisso que a Petros está consolidando com a homologação da AOR.

Esse é um momento-chave para a Petros? O que o senhor projeta para os próximos anos?

Eu acho que os representantes dos participantes, os eleitos, o movimento sindical, a FUP têm que acompanhar *pari passu* os balanços da Fundação. Não é para acreditar que agora morreu a história, porque ela não acabou. Eu acho que o

Wilson Santarosa aposentou-se em 1992 como operador de transferência e estocagem da Replan. Sua entrada no movimento sindical deu-se em 1984, com a retomada do Sindipetro-Campinas pelos petro-



1



2

leiros (estava sob intervenção militar).

Sua militância levou-o a participar da criação do Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT e do Comando Nacional dos Petroleiros. Fruto dessa intensa atividade, foi eleito para o Conselho Curador da Petros (**foto 1**) em 1995 onde permaneceu até 2000.

Nesse ano, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT)



3

em Campinas, assumiu a Diretoria Administrativa e Financeira do Ceasa, de onde saiu para integrar a Gerência-Executiva de Comunicação Institucional da Petrobras. Em 11 de fevereiro de 2003 assumiu a presidência do Conselho Deliberativo da Fundação (**foto 2**) e dois dias depois empossou a atual Diretoria Executiva (**foto 3**).

pessoal tem que ficar atento, estudar, porque é a vida de todos os participantes que está envolvida. Então, o cara não pode largar ao “Deus dará”, ele tem que acompanhar. Se uma Diretoria, seja ela qual for, fizer um investimento errado e causar qualquer prejuízo, o pessoal tem que estar atento e, se for preciso, derrubar a Diretoria. É assim que tem que fazer e não alegar que já tem uma Diretoria tocando. Ah, mas o participante não pode fazer nada! Pode sim! Não só pode como deve. Então, tem que cuidar: é o patrimônio dele,

é o futuro dele para o resto da vida. Acho que é assim que tem que se comportar o participante e os seus representantes. Não é porque fez um acordo agora e acabou o assunto.

Tem uma condição, por exemplo, que foi acordada com a Petrobras e que até agora ainda não aconteceu, que é a participação na gestão da Fundação. O pessoal tem que fazer acontecer, tem que consolidar isso. Já que tudo é um por um, contribuição e ônus e bônus, o participante tem que estar lá na gestão.

Mas o sr. acredita que o participante se preocupa em eleger pessoas para este acompanhamento, que está disposto a debater questões envolvendo seu plano?

Culturalmente e agora que acabou isso, o pessoal sempre achou a saída da mãe Petrobras e isso está na cabeça de todo mundo, está no histórico da categoria ou do participante, sempre a Petrobras vai dar um jeito, sempre a empresa vai nos socorrer. Não pode mais, mesmo que a direção da companhia queira, não pode. A legislação não permite mais. Então é melhor cuidar do patrimônio que tem, porque não vai ter mais socorro de ninguém, nem do governo e nem da Petrobras.

Acho que esse alerta é importante, porque é para sempre. Daqui a pouco, muda o governo, sei lá quem vai dirigir. Entra uns doidos aí e não se sabe o que acontece. Nunca se sabe, melhor cuidar!

O sr. falou que os opositores sempre achavam que o acordo era lesivo à categoria. De onde surgiu isso, essa resistência?

Eu acho que o participante não pode permitir a politização de qualquer discussão da previdência complementar. Não tem politização nesta discussão. É matemática! É atuária! Então, é acompanhar isto e não deixar ficarem fazendo campanha para eleger este ou aquele como representante. Aí se politiza qualquer discussão. É o que aconteceu no processo finalizado agora, um acordo que beneficia o participante e a Fundação e tem oposição pura e simplesmente por questões políticas.

Apenas para marcar posição?

É oposição permanente e eu acho que não é por aí! Na hora que entrar na gestão ou entrar no Conselho todo mundo tem que estar remando para o mesmo lado. Então, acho que ali não tem que politizar não. Por que é matemática a coisa. Não dá para ficar fazendo discussão política na previdência complementar, que é anos de vida e xis de dinheiro, contribuição de xis de dinheiro mensalmente para acumular. É isso!

E com relação à desvinculação do salário da ativa?

Eu não vejo nenhum problema. O vínculo do aposentado com a Petrobras, eu diria assim, é a AMS, que está no acordo coletivo. Na Fundação, ele fez poupança, adquiriu o direito de ter um benefício e o benefício é corrigido anualmente via um indexador. Então, ele vai ter para o resto da vida o benefício que acumulou. Se o pessoal da ativa tem reajuste salarial por que brigou, por que fez greve, é outra história.

Até porque se feito um balanço dos últimos 15 a 20 anos percebe-se que os índices oficiais (INPC e IPCA) foram maiores que os obtidos em acordo, não é verdade?

Já aconteceu isso na Previ. Os aposentados tiveram reajuste maior que o pessoal da ativa do Banco do Brasil em função do indexador e isso por vários anos. E a gente sabe que a empresa numa situação econômica desfavorável vai praticar um reajuste menor para o pessoal da ativa. E aí, o aposentado acompanha? Então, ele está garantido com o indexador que vai assegurar aquilo que era objetivo da previdência complementar Petros: garantir um benefício e que para o resto da vida ele terá aquele valor corrigido.

Homologado o acordo, quais serão os próximos passos, até em vista da ampliação do quadro da Petrobras e das novas adesões ao PP-2?

A Petros vai se tornar o maior fundo de pensão do Brasil, sem dúvida nenhuma, eu acredito que até 2015. A Petrobras está dobrando de tamanho e vai dobrar novamente até lá, a descoberta do pré-sal mostra isso. A companhia terá com certeza mais de 100 mil trabalhadores, concursados e participantes do Plano Petros-2. Então, nós vamos ter um PP-2 do mesmo tamanho que o atual ou até maior.

Quanto à Fundação, a tendência é se tornar uma gigante e dá até para prever a diminuição de contribuição dos participantes no futuro. Porque a Petros vai se tornar auto-suficiente. Ela vai alcançar, eu ainda não consigo vislumbrar o prazo, a sustentabilidade do plano.

RELATÓRIO SOCIAL REÚNE TRAJETÓRIAS DE SUPERAÇÃO

Documento mostra como a Petros e outras empresas lidam com os portadores de necessidades especiais

Ao tornar pública a quinta edição consecutiva do Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial, a Petros sustenta a sua atuação e das empresas nas quais tem participação acionária com relação aos portadores de deficiência física e mental. A publicação reporta experiências importantes de inclusão no mercado de trabalho, capitaneadas pela Petrobras, CPL Energia e Vale do Rio Doce. O título da capa é *Fazendo a igualdade*, com o convite ao participante para conhecer empresas investidoras no capital humano, qualificando e contratando pessoas com deficiência para provar que igualdade no trabalho é fundamental para o desenvolvimento social.

Os textos, inevitavelmente, reúnem histórias com boa dose de emoção, mas passam longe do sensacionalismo. São relatos como o do auxiliar de enfermagem Antonio Maciel, que trabalhava em plataformas da Petrobras e depois de perder as pernas em um acidente automobilístico tornou-se atleta internacional. Ou como o da

socióloga Deise Aparecida Araújo Fernandes, 52 anos, empregada da CPFL Energia há quase três décadas. Ela, que ficou cega aos quinze anos de idade, ingressou na empresa como estagiária e foi peça-chave para a adaptação da distribuidora ao conceito de valorização da diversidade. Nesse período, concluiu oito pós-graduações, fez teatro, andou de bicicleta, casou-se e criou três filhos.

Já o bibliotecário Rogério Luiz Fernandes Soares, vítima de bala perdida aos 17 anos e há 30 é cadeirante, chefia um setor de tecnologia da informação com 20 pessoas (também com deficiência) que documentam todos os manuais técnicos das plataformas da Petrobras. O leitor certamente vai se emocionar também com a trajetória de Weila Gomes da Costa, que mesmo com paralisia na perna sempre pegou no pesado. Hoje ela participa de treinamento na Central de Inteligência Opera-

cional da Vale do Rio Doce, em Carajás.

O relatório, enviado pelos Correios para todos os participantes, é uma prestação de contas das ações da Petros e das empresas onde mantém participação acionária. É o relato do exercício cotidiano de sua relevante função social voltada diretamente a mais de 120 mil participantes. É também o retrato de sua contribuição, ainda que indireta, para a promoção do bem-estar de milhões de brasileiros, por intermédio de investimentos socialmente responsáveis e do apoio ao desenvolvimento do país.



SINAL DE ALERTA CONTRA A INADIMPLÊNCIA

Embora ainda seja inferior aos percentuais do mercado, aumentou o índice de prestações em atraso dos empréstimos do Sistema Petrobras

Os participantes que têm empréstimo junto ao Plano Petros/ Sistema Petrobras devem acompanhar mensalmente, no contracheque (holerite), o valor das prestações. Para o pessoal da ativa, caso a patrocinadora não tenha feito o desconto, basta entrar em contato com a Fundação (no portal ou 0800-560055) e solicitar o boleto bancário. Depois, é só procurar a área de Recursos Humanos da patrocinadora (posto avançado) para identificar no sistema o motivo do débito mensal não ter sido feito e também para solicitar o valor atualizado da margem consignável “cheia ou extrapolada”.

Caso a prestação apurada seja superior à informada pelo RH, é necessário entrar em contato com a Fundação para a realização de nova análise, objetivando a retomada do desconto no contracheque e o conseqüente parcelamento do contrato. Em geral, as prestações deixam de ser descontadas em função da diminuição do valor da margem consignável gerada por perda de remuneração, pagamento de pensão judicial, entre outros.

O participante que atrasar duas prestações consecutivas ficará impedido de obter novo empréstimo. Caso complete a terceira parcela, será declarado inadimplente e deverá quitar integralmente o saldo devedor. Os contratos em atraso estão sujeitos ainda à multa

de 2% sobre o valor da parcela, corrigida pelo IPCA e acrescida de juros de mora de 0,59% ao mês. Os encargos da prestação em atraso são adicionados ao saldo devedor, o contrato é automaticamente prorrogado por mais um mês e até sua regularização o participante fica impedido de solicitar novação ou novo empréstimo.

Com relação ao plano (conseqüentemente ao patrimônio do participante), a inadimplência traz conseqüências importantes tais como redução da rentabilidade, aumento do risco, necessidade de aumento na taxa de juros ou, em última instância, a inviabilidade do investimento – ou seja, o fechamento da carteira de empréstimo. Conforme Resolução CMN 3.456, de 30 de maio de 2007, conceder empréstimos aos participantes é uma opção de investimento do plano previdenciário. Desta forma, existem metas de rentabilidades a serem cumpridas, como em qualquer outra modalidade da carteira.

DIA DO ADMINISTRADOR

A Petros parabeniza a toda categoria pela passagem do 9 de setembro: Dia do Administrador. Desde março de 2006, a Fundação administra o plano de previdência instituído pelos conselhos regionais de Santa Catarina e Espírito Santo. Quase um ano depois, foi a vez dos administradores de Minas Gerais. Os três CRAs juntos têm um total de 45 mil associados (potenciais participantes). Segundo dados do conselho federal da categoria, no país existem 287 mil profissionais legalmente habilitados para o exercício da profissão.

RIQUEZA MELÓDICA

MARCA CD DE ESTRÉIA DE PETROLEIRO

Faixas do disco reúne versões suingadas, clássicos de grandes compositores e homenagens a amigos do músico

Gravar um CD onde pudesse exprimir todo seu talento e musicalidade era um antigo sonho de Gilson Abelardo da Silva. Em 2007, ele arregaçou as mangas e criou coragem para apresentar o projeto ao amigo Ronaldo Corrêa, integrante do conjunto Golden Boys. A partir daí, a idéia literalmente deu samba.

Ronaldo assumiu a função de produtor musical e batizou o petroleiro aposentado com o nome artístico de Gilson Bomgil. Os dois escolheram juntos o repertório, os arranjos e cuidaram pessoalmente de todos os detalhes técnicos de estúdio. E a julgar pelo resultado alcançado, o esforço valeu a pena.

Em *Momentos que eu fiz*, seu primeiro CD gravado, Gilson Bomgil reúne 15 faixas que sintetizam um repertório bastante eclético. Na coletânea, estão reunidas composições de Ary Barroso em parceria com Lamartine Babo (*No rancho fundo*), Haroldo Santos e Zardine (*Batida de limão*), Roberto Carlos (*Como é grande o meu amor por você*), Peninha (*Sozinho*), um 'pout-pourri' do Chacrinha (*Bota camisinha/Maria sapatão*) e quatro músicas de João Roberto Kelly – amigo pessoal de longa data.

Quem não conhece o seu trabalho (e pode ser que muita gente ainda não tenha ouvido o timbre de sua voz) terá uma surpresa agradável. Bomgil carrega na bagagem uma experiência acumulada ao longo de quase quatro décadas de estrada – apesar de ter conciliado, por vários anos, seu talento artístico com as atividades profissionais na Petrobras. Como petroleiro, ingressou no sistema em 1961 para trabalhar na Fabor, ainda na fase de construção da fábrica. No início da década de 1970, foi

transferido para o Cenpes, onde trabalhou na área de manutenção até se aposentar, em 1990.

De volta ao universo artístico, estreou como *backing vocal* do programa televisivo 'Rio dá samba' (sucesso de João Roberto Kelly na década dos 70, por 12 anos seguidos no ar) e mais tarde exerceu a mesma função no show do saudoso Velho Guerreiro.

Bomgil fez parte do Cordão do Bola Preta e alcançou o status de figurinha carimbada nas lendárias rodas de samba cariocas do Renascença, Clube Helênico e no pagode do Clube Municipal. Numa nova fase da carreira, se apresentou nos bares do Centro e Zona Sul do Rio de Janeiro – berço de alguns dos maiores nomes na MPB até hoje. Como intérprete e compositor, atuou ainda em escolas do grupo especial – Império Serrano, sua agremiação de coração (1970), Caprichosos de Pilares (1975), São Clemente (1989) e Acadêmicos da Rocinha (1997). Os interessados em saber mais sobre o artista ou entrar em contato para shows podem ligar para (21) 2287-1320 e 9348-6536 ou enviar e-mail para gilsonbomgil@pop.com.br.



O petroleiro aposentado Bomgil, em estúdio, para a gravação do seu primeiro trabalho solo

ESTREITE SUA RELAÇÃO O CARTÃO DO CLUBE PETROS

Conheça esta ferramenta que em seis anos de existência é considerada sinônimo de vantagens e descontos para os participantes

Desde que foi criado em 2002, o cartão do Clube Petros tem fechado cada vez mais convênios com empresas de segmentos variados, ampliando o número de adesões. Mas afinal, você realmente conhece os benefícios ofertados pelo cartão? Ainda não? Saiba que essa é uma importante ferramenta exclusiva de identificação dos participantes ativos, aposentados, seus dependentes cadastrados e pensionistas. Todos os participantes que fazem a adesão à Petros recebem o cartão de afinidades do Clube no endereço cadastrado, desde que atualizados e validados para o envio de correspondência.

A fim de garantir a segurança dos seus participantes, o Clube Petros oferece um serviço exclusivo em caso de perda ou extravio. Para isso, basta o participante entrar em contato com a Fundação por intermédio do telefone 0800-560055 ou via

portal www.petros.com.br, informar o ocorrido e solicitar a emissão da segunda via.

Agora que você já está inteirado sobre o funcionamento do cartão do Clube Petros, que tal aproveitar as vantagens e descontos concedidos nas redes credenciadas? É simples e cômodo! Apresente seu cartão e, quando solicitado, um documento de identificação pessoal. E lembre-se! Nesta relação de afinidades não é só você participante que sai ganhando. Os seus dependentes cadastrados também podem usufruir das vantagens oferecidas.

As informações sobre os estabelecimentos conveniados, as novas parcerias e atualizações estão disponíveis em www.petros.com.br/cartaopetros e aqui mensalmente na **Revista Petros**. Aliás, confira abaixo uma lista de convênios com descontos especiais para os associados!



NOVAS PARCERIAS

Varejo

Lojas Manlec

www.manlec.com.br

Desconto de 5% nas compras à vista. Exceto para produtos em oferta. Venda somente para o Estado do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul
Porto Alegre
Tele vendas
0800-512111

Móveis

Dell Anno

www.dellannoniteroi.com.br

Nas compras até R\$15 mil, ganhe uma cafeteira; acima desse valor, uma TV LCD 19'. Nas compras superiores a R\$ 30 mil; uma TV LCD 32' e de valor acima de R\$ 45 mil, uma TV plasma 42'. Para vendas à prazo, o preço a ser considerado para premiação será o referente ao valor de venda à vista.

Rio de Janeiro
Niterói

Rua Dr. Paulo César, 36/40 – Icaraí
(21) 2620-9001

Por onde anda?



Antonio Carlos Tavares Guimarães, de Valença/BA, quer saber “onde anda você” Otávio, Edinho, Chico, Valdir, Antonio, Marival, Memeco? (em pé). Onde estão ainda Tuca, Eurico, Gil, Belisco e Ronibaldo? (agachados). Ele espera notícias dos amigos da equipe da oficina elétrica da antiga Refinaria RPBA, que sagrou-se campeã dos industriários da Bahia (campeonato promovido pelo Sesi), em 1966. Qualquer novidade, entrar em contato pelo e-mail antoniocarlostavares@ig.com.br.



III Seminário Petros de

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Cuidar para garantir



Aprenda a fazer seu dinheiro render mais

Depois da realização do Seminário no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Natal, Recife, São Sebastião e São Caetano do Sul.

Agora chegou a vez de **São Mateus do Sul!**

Local: SINDIPETRO

Data: 26/09/2008

Horário: 14h

Rua Paulino Vaz da Silva, 538 - Centro

**Inscrições
limitadas a
150 lugares
por palestra**

Temas da palestra

INVESTIMENTOS & IMPOSTOS

Renda Fixa
Renda Variável
Imóveis

TAXAS DE JUROS

Taxa Nominal
Taxa Efetiva

CONTENÇÃO DE GASTOS

Empréstimos Consignados

Informações e inscrições

(21) 2103 7695
ABEF

ou fale com a Petros
(21) 2506 0333



www.abef.org - www.petros.com.br

